

NARRATIVAS, ESTRATÉGIAS E ARTICULAÇÕES DE UMA CAMPANHA EM REDE CONTRA OS AGROTÓXICOS NO BRASIL

Joana Tereza Vaz de Moura¹

 <https://orcid.org/0000-0001-9561-1063>

Marcos Aurélio Freire da Silva Júnior²

 <https://orcid.org/0000-0002-5553-6625>

RESUMO

A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida foi criada em 2011, a partir da articulação de diferentes entidades defensoras das questões ambientais, da agricultura familiar, da segurança alimentar e nutricional e da saúde coletiva, formando uma rede policêntrica que busca pressionar a aprovação da Política Nacional de Redução dos Agrotóxicos. Através das narrativas dos coordenadores e representantes dessa rede, o artigo busca compreender quais são os argumentos utilizados para que interesses coincidam e as demandas sejam levadas em consideração na cena política. Para tanto, consideramos as histórias apresentadas nas redes sociais, entrevistas, jornais, revistas e no site da Campanha. Os resultados revelam que esses atores fizeram uma escolha estratégica por uma narrativa que associa os agrotóxicos a doenças que levam à morte e pautando a agroecologia como sistema alternativo, expandindo a rede no país através da inclusão de diversos segmentos que defendem a alimentação saudável e a vida.

Palavras-chave: Agrotóxicos. Narrativas de Políticas Públicas. Campanha. Redes.

NARRATIVES, STRATEGIES AND ARTICULATIONS FROM A NETWORK CAMPAIGN AGAINST PESTICIDES IN BRAZIL

ABSTRACT

The Permanent Campaign Against Pesticides and for Life was created in 2011 from the articulation of different entities defending environmental issues, family farming, food and nutrition security and collective health, forming a polycentric network that seeks to press for the approval of the National Policy on Pesticide Reduction. Through the narratives of coordinators and representatives of this network, the article seeks to understand what the arguments are used so that interests coincide and demands are taken into account in the political arena. To this end, we consider the stories presented in social networks, interviews, newspapers, magazines and the Campaign's website. The results reveal that these actors have made a strategic choice for a narrative that associates pesticides with diseases that lead to death, and using agroecology as an alternative system, expanding the network in the country through the inclusion of various segments that defend healthy food and life.

Keywords: Pesticides. Public Policy Narratives. Campaign. Networks.

NARRATIVAS, ESTRATEGIAS Y ARTICULACIONES DE UNA CAMPANÑA EN RED CONTRA LOS PESTICIDAS EN BRASIL

RESUMEN

La Campaña Permanente contra los Plaguicidas y por la Vida fue creada en 2011 a partir de la articulación de diferentes entidades que defienden las cuestiones ambientales, la agricultura familiar,

¹ Doutora em Ciência Política (UFRGS). Professora adjunta do Instituto de Políticas Públicas (UFRN) e professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais (UFRN). Bolsista CNPq - PQ2. E-mail: joanateresa@gmail.com.

² Doutorando em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Bolsista CNPq - GD. E-mail: marcosfreire@ufrj.br.

la seguridad alimentaria y nutricional y la salud colectiva, formando una red policéntrica que busca presionar para la aprobación de la Política Nacional de Reducción de Plaguicidas. A través de los relatos de los coordinadores y representantes de esta red, el artículo pretende comprender cuáles son los argumentos utilizados para que los intereses coincidan y las demandas sean tenidas en cuenta en la escena política. Para ello, tuvimos en cuenta las historias presentadas en las redes sociales, las entrevistas, los periódicos, las revistas y el sitio web de la Campaña. Los resultados revelan que estos actores han optado estratégicamente por una narrativa que asocia los plaguicidas con enfermedades que llevan a la muerte y orientan la agroecología como sistema alternativo, ampliando la red en el país mediante la inclusión de diversos segmentos que defienden la alimentación y la vida saludables.

Palabras clave: Plaguicidas. Narrativas de Políticas Públicas. Campaña. Redes.

INTRODUÇÃO

Em 2011, uma rede articulada de entidades deu conformação a uma campanha nacional contra os agrotóxicos diante do aumento excessivo no consumo desses produtos na agricultura brasileira. Formada por uma diversidade de movimentos sociais, instituições de pesquisa, ONGs, associações e cooperativas, a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida “busca explicitar as contradições e malefícios gerados pelo modelo de produção do agronegócio, ao mesmo tempo em que lança uma luz sobre a proposta de alternativa baseada na agroecologia” (Tygel *et al.*, 2014, p. 147). Essa rede de atores também faz alianças com integrantes do Congresso Nacional e com entidades internacionais, buscando pautar as questões relacionadas aos agrotóxicos no sentido de denunciar o seu uso abusivo no Brasil e suas consequências para a saúde e o meio ambiente.

O objetivo principal do artigo é compreender como essa multiplicidade de entidades se organiza em torno da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, construindo narrativas, repertórios e estratégias comuns que visam lutar contra o modelo do agronegócio, especialmente tentando proibir e barrar o uso de agrotóxicos no país e influenciar a opinião pública. Interessa-nos compreender as relações entre a Campanha e o Estado a partir da perspectiva de rede para pensar as interações entre as diferentes organizações que a compõem com interesses comuns, identidades coletivas compartilhadas e tendo como oponentes os mesmos atores (Diani, 1992; Baldassari; Diani, 2007; Gerlach, 2001). Para tanto, compreendemos que as ideias, os indivíduos, eventos e organizações que compõem a Campanha “estão ligados uns aos outros em processos mais amplos de ação coletiva, com alguma continuidade ao longo do tempo” (Della Porta; Diani, 2006, p. 05). Della Porta e Diani (2006) ainda argumentam que os movimentos sociais devem ser entendidos como atores que estão engajados em ações coletivas que têm em comum as principais dimensões: relações de conflitos com oponentes não identificáveis; e o fato de estarem ligados por uma rede informal densa e compartilharem identidades coletivas distintas.

Trata-se de um estudo preliminar, exploratório, sem pretensão universalizante, que busca enquadrar as observações das pautas, repertórios e narrativas do nosso caso, assim como as análises nacionais disponíveis acerca das mobilizações contra os agrotóxicos no Brasil, entre 2011 e 2021.

A discussão sobre o uso dos agrotóxicos, apesar de não ser recente, vem ganhando mais espaço na opinião pública pela dinamização das novas práticas alimentares pelo mundo, que prezam pelo alimento de qualidade, pela preocupação com o meio ambiente e com a saúde da população. Segundo dados da pesquisa Datafolha, realizada em julho de 2019, 72% dos brasileiros acreditam que os alimentos produzidos no Brasil possuem mais agrotóxicos do que deveriam e 78% consideram o consumo de alimentos que usam agrotóxicos muito ou um pouco inseguros para a saúde humana (Datafolha, 2019). Portanto, percebemos que as denúncias feitas por algumas entidades ao longo dos anos e pela própria Campanha têm surtido efeito na opinião pública, especialmente quando se trata de problemas relacionados à saúde dos brasileiros.

Para dar conta do nosso objetivo, a metodologia qualitativa foi utilizada como meio de compreender as narrativas dos coordenadores da Campanha e dos representantes das entidades vinculadas à Campanha em *lives*, *sites*, entrevistas em jornais, revistas e *blogs*, além de falas em Audiências Públicas, nas Comissões do Senado e Câmara dos Deputados. Como a Campanha engloba mais de 100 entidades, classificadas segundo o site oficial em: (i) movimentos sociais e redes (total de 19 entidades); (ii) escolas, universidades e instituições de pesquisa (total de 18 entidades); (iii) movimento sindical e entidades de classe (total de 20 entidades); (iv) ONGs, assessorias, associações, cooperativas (total de 55 entidades); e (v) movimento estudantil (total de 12 entidades), tivemos que optar por fazer uma seleção aleatória, a fim de possibilitar responder aos objetivos do artigo. Para a escolha das entidades a serem foco do trabalho levamos em consideração os seguintes aspectos: (a) pelo menos uma entidade representando cada uma das cinco classificações feitas pela Campanha; e (b) entidades nacionais dentre as classificadas, pela facilidade do acesso às narrativas. O quadro 01 apresenta as entidades selecionadas, a classificação delas de acordo com o site oficial da Campanha, os representantes que foram escolhidos para comporem as narrativas analisadas no artigo e de onde foram retiradas as falas. Além disso, utilizamos as falas de Alan Tygel, coordenador da Campanha, em uma conversa informal com os autores e em *lives* e *site* da Campanha.

Quadro 01 - Entidades selecionadas para a pesquisa, classificação segundo a Campanha e os representantes

ENTIDADES SELECIONADAS/ ABRANGÊNCIA	CLASSIFICAÇÃO DE ACORDO COM A CAMPANHA	REPRESENTANTES	NARRATIVAS RETIRADAS DE:
Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional	Movimentos sociais e/ou rede	Maria Emília Pacheco - integrante do Fórum	Live da Campanha (maio de 2020)

(FBSSAN)			
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	Movimentos sociais e/ou rede	Nívia Regina Silva - direção nacional	Site da FASE (2016)
Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)	Movimentos sociais e/ou rede	Fran Paula - GT de Mulheres	Entrevista com os autores em 20 de janeiro de 2022
Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO)	Escolas, Universidades e Instituições de Pesquisa	Marcelo Firpo Porto Oliveira - coordenador do GT Saúde e Meio Ambiente	Site do Observatório do Agrotóxico (2016)
Núcleo Tramas (UFC-CE) / Regional	Escolas, Universidades e Instituições de Pesquisa	Raquel Rigotto - coordenadora	Entrevista da Revista Caros Amigos (2011).
AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia	Entidades, ONGs, Assessorias, Associações, Cooperativas	Paulo Petersen - coordenação executiva	Entrevista no site da Campanha (2020)
Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)	Movimento sindical e entidade de classe	Rosmarí Malheiros - secretária de Meio Ambiente	Reportagem no site da CONTAG (2020).
Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB)	Movimento estudantil	Núcleo de Trabalho Permanente (NTP)	Blog da Federação, (2017)

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa (2022).

Entendemos que as narrativas são histórias que contêm uma sequência de eventos na ordem em que eles ocorreram. Desse modo, “as narrativas são formas de discurso, veículos de ideologia e elementos dos *frames*³ da ação coletiva” (Polleta, 2006, p. 11). As narrativas devem ser percebidas como importantes *inputs* no processo político e, portanto, devemos compreender como as histórias influenciam as políticas públicas (Jones; McBeth, 2010). “As narrativas de políticas públicas tornam possível a formulação de políticas públicas ao transformar situações complexas e incertas em problemas compreensíveis com soluções específicas” (Camargos, 2018, p. 09).

Nos anos 80, Snow *et al.* (1986) já destacavam a importância dos esquemas de percepção ou frames para entender a entrada e a permanência de pessoas em ações coletivas. Os autores destacaram que os frames organizam as experiências e guiam as ações. Neste sentido, podemos considerar que os motivos que fazem com que as pessoas se unam e continuem a participar dos movimentos sociais são emergenciais e interacionais mais do que simplesmente pré-estruturados (Snow, 2004). Para entender por que alguns movimentos sociais conseguem recrutar mais pessoas que outros, os autores lançam mão das reflexões microestruturais e da análise de redes sociais. Os autores sinalizam que,

³ Optamos por não traduzir a palavra *frames* por entender que a literatura brasileira que discute movimentos sociais reconhece a utilização do mesmo em inglês, mesmo que haja a tentativa de traduzir como enquadramento ou moldura. Do nosso ponto de vista, não se tem uma palavra equivalente no português que se encaixe de maneira mais fiel às reflexões de Goffman, precursor da discussão no contexto americano.

mais do que predisposições psicológicas/emocionais, o recrutamento depende de fatores socioespaciais/contextuais em que movimentos e potenciais participantes se conectam a partir da variedade de modos de comunicação disponíveis para transmitir as informações (Snow, 2004).

Meyer (2003) argumenta que os estudos sobre movimentos sociais têm desenvolvido abordagens que articulam as questões culturais aos aspectos políticos. A atenção às práticas culturais ou práticas identitárias, utilizadas muitas vezes em etnografias, podem explicar processos políticos e o desenvolvimento de novas pesquisas, como vem sendo utilizada a *frame analysis* (Meyer, 2003).

Apesar de as conexões parecerem óbvias entre as discussões sobre *frames* e narrativas no contexto da teoria dos movimentos sociais, uma vez que ambas se estruturam dentro da perspectiva cultural, a literatura que discute movimentos sociais e narrativas não produziu reflexões mais avançadas e que conectassem com a literatura sobre *framing*. Coley (2015) tenta articular esses dois conceitos mostrando como as características das narrativas promovem caminhos importantes para que os ativistas se engajem em determinados *frames*. Tomando como base os *frames* de ação coletiva delineados por Gamson (1995) – *frames* de injustiça; *frames* de agência; e *frames* de identidade –, o autor analisa como ativistas se esforçaram para ampliar os *frames* de injustiça e transformar os *frames* de agência e de identidade utilizando as narrativas.

Utilizamos como marco temporal o início da Campanha, em 2011, até dezembro de 2021, ou seja, trabalhamos com um acompanhamento de 10 anos da luta contra os agrotóxicos que possibilita compreender essa rede e as mudanças políticas ao longo do tempo nos seguintes Governos: Dilma (PT), entre 2011 e 2016; Michel Temer (MDB), entre 2016 e 2018 e Bolsonaro (PL), de 2019 a 2022, para analisar distintas oportunidades e constrangimentos impostos por essas variações.

O artigo apresenta três seções que seguem esta introdução: (1) uma breve descrição histórica das lutas contra os agrotóxicos no Brasil e o surgimento da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, (2) uma análise das narrativas dos atores integrantes da Campanha e as estratégias utilizadas e (3) conclusões, aprendizados, desafios atuais e proposições para novas pesquisas.

UM BREVE HISTÓRICO DAS MOBILIZAÇÕES CONTRA OS AGROTÓXICOS NO BRASIL E A CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA

As alianças entre organizações societárias e político-institucionais são antigas e históricas. Destacamos que, desde os anos 70, impulsionados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁴, muitos desses atores já se movimentavam por um outro modelo de desenvolvimento rural para o país, pautado

⁴ Segundo Monteiro e Londres (2017, p. 55), “muitas das alternativas técnicas hoje consagradas na agroecologia foram promovidas pelas CEBs como, por exemplo, uso da adubação orgânica, de adubos verdes e outras práticas de conservação dos solos, a valorização das plantas medicinais e os métodos naturais de controle de insetos e doenças”.

no ideário da agricultura alternativa e que se expande nos anos 80 com a participação de alguns intelectuais críticos, como José Lutzenberger e categorias profissionais que vinham criticando fortemente o uso de agrotóxicos no país, especialmente a Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB) (Luzzi, 2008). Desse processo, outros grupos foram sendo incorporados mediante a inserção de lideranças à essa pauta, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Segundo Luzzi (2008), o debate que inicialmente girava em torno da crítica ao modelo de desenvolvimento causado pelo pacote tecnológico avançava em direção a preocupações mais gerais relacionadas à conjuntura nacional.

As discussões se deslocaram da crítica ao pacote tecnológico da Revolução Verde para a crítica ao modelo capitalista de desenvolvimento, que favorecia apenas uma pequena parcela de produtores rurais, especialmente os grandes e médios com melhores condições financeiras e de infra-estrutura (Luzzi, 2008, p. 06).

Ao longo dos anos 90 e 2000, várias organizações da agricultura familiar e de comunidades tradicionais foram sendo fortalecidas, especialmente em âmbito local e regional dando origem a redes de articulações dos movimentos sociais, como a Articulação do Semiárido (ASA), por exemplo. Combinado a isso, a demanda por produtos livres de agrotóxicos se espalha e fortalece o debate em torno da produção de alimentos de maneira ecológica, saudável e de qualidade, juntamente com a centralidade que a pauta ambiental ganha no cenário internacional e nacional (Monteiro; Londres, 2017). Especialmente ao denunciar o impacto da contaminação e intoxicação por agrotóxicos, esses campos se articulam com os campos da saúde, “incluindo articulações entre grupos acadêmicos, instituições e movimentos sociais” (Burigo; Porto, 2019, p. 251)⁵.

Assim, grupos que já se mobilizavam contra os agrotóxicos e defendiam a agroecologia nos anos 90 se articularam nesse processo, buscando confrontar o modelo vigente de produção agrícola no país, baseado principalmente no agronegócio. Juntam-se, portanto, diversos movimentos sociais, sindicatos, ONGs, movimento estudantil, além de entidades científicas como a Fiocruz, por exemplo, para dar suporte científico à Campanha, sustentando a narrativa dos malefícios dos agrotóxicos para a saúde das pessoas e para o meio ambiente. Essa rede formada se enfrenta diretamente com os defensores das práticas agrícolas que tem como base a lógica da Revolução Verde (sementes melhoradas, fertilizantes, agrotóxicos) com o propósito de criar uma compreensão de que “a luta

⁵ Ao longo dos anos temos observado um avanço nessas relações e, especialmente nos últimos 20 anos aumentam-se os diálogos entre agroecologia e saúde coletiva, sustentados por alguns fatores: o avanço do campo agroecológico no país; a complexificação da sociedade civil e a criação de fóruns e redes, como por exemplo, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA, 2001) e o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar (FBSSAN, 1998; a consolidação de áreas temáticas dentro do campo da saúde coletiva, como a de ‘saúde e ambiente’; os legados das políticas públicas dos governos petistas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); a Campanha Contra Agrotóxicos e o Encontro Nacional Diálogos e Convergências; e as publicações e encontros nacionais e internacionais sobre saúde e agroecologia (Burigo; Porto, 2019).

contra o agronegócio deveria unir os diversos movimentos do campo e da cidade” (Alan Tygel, informação verbal, outubro de 2020).

Vale ressaltar que ainda no governo FHC é criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), um programa baseado em outras políticas de apoio aos pequenos produtores rurais, consolidando-se nos anos 90 como uma política de crédito e financiamento fundamental para o meio rural. Nos anos 2000, durante os governos do PT, o fortalecimento do Pronaf, somado a novas políticas e programas para o campo, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), resultou, para além do desenvolvimento rural, em um aprendizado político e organizativo dos movimentos e organizações rurais.

Porém, tanto no governo FHC como nos governos do PT, a pauta do agronegócio foi hegemônica. As demandas dos pequenos produtores acerca da agroecologia e dos ativistas em prol de uma economia alternativa e solidária, apesar de terem sido abarcadas por iniciativas petistas, não conseguiram se sobrepor aos interesses dos grandes produtores rurais, dada a correlação de forças e as relações de poder postas no meio rural e no campo político.

Alan Tygel explica que a necessidade de criação da Campanha vem dessa luta pela agroecologia, contra o modelo do agronegócio, que já vinha sendo pautada por diversos atores e que se consolida nos anos 2000, numa junção do movimento de luta pela terra e do movimento agroecológico. O MST, que desde os anos 80 pauta a reforma agrária, nos anos 2000 soma-se à luta pela terra para implementar um modo de produção de alimentos saudáveis pautado na soberania alimentar. Assim, em torno dessa “luta pela agroecologia cria-se a compreensão que a luta contra o agronegócio deveria unir os diversos movimentos do campo e da cidade” (Alan Tygel, informação verbal, outubro de 2020).

Nesse contexto, a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida foi lançada em 2011 e é fruto de uma intensa articulação entre movimentos sociais do campo, organizações de apoio à agroecologia, sindicatos e entidades públicas de pesquisa, especialmente no campo da saúde. De acordo com Fran Paula (ANA), em entrevista aos autores, a Via Campesina foi responsável pela mobilização para a criação da Campanha e, em 2010, convidou a ANA para começar a articular entidades representativas do campo ligadas à agroecologia. E, como existem várias organizações que conformam a ANA, “ficou fácil para levar essa pauta [dos agrotóxicos] para dentro” (Fran Paula, informação verbal, em 22 jan 2022). Desse início, foram se agregando outras entidades que já pautavam a problemática dos agrotóxicos e a relação com a saúde, como a ABRASCO e a Fiocruz. Nas palavras de Fran Paula:

porque o MST e o MPA, quando criaram a Campanha, trouxeram uma proposta de formato de estrutura muito dialogado com os movimentos da Via Campesina internacional, que seria uma campanha de comunicação com a sociedade, mas também que iria atuar em duas frentes: uma

da denúncia e a outra do anúncio. E, para que isso funcionasse, era preciso convidar e trazer para a construção organizações com esse caráter.

Assim como destacado por Gerlach (2001) em seus estudos sobre os movimentos sociais nos Estados Unidos da América, compreendemos também que essas organizações que compõem a Campanha não são centralizadas, nem burocráticas e nem amorfas, mas podem ser entendidas como uma rede segmentada, policêntrica e integrada. Na definição do autor, a rede se define como segmentada porque é composta por grupos diversos, que nascem e morrem, dividem-se e se fundem, podem proliferar e contrair ao longo do tempo; policêntrica porque possui várias lideranças ou pessoas que têm influência política e, em alguns momentos, podendo ser, inclusive, concorrentes; e integrada porque possui várias ligações, com sobreposições de membros, atividades conjuntas, material de leitura comum e, na maioria das vezes, ideias e oponentes são compartilhados (Gerlach, 2001). Ao observarmos os participantes da Campanha, temos entidades mais estabelecidas como o MST, a CUT, a CONTAG, por exemplo, e entidades que surgiram de dissidências dentro dessas organizações. Além do mais, notamos a presença de uma série de entidades regionais e locais que se articulam aos grupos mais estabelecidos e se integram e coordenam ações conjuntas contra os agrotóxicos no país. Assim, “o trabalho em rede permite que os participantes [da Campanha] troquem informações e ideias e coordenem a participação em ações conjuntas” (...) e a integração entre eles se mantém porque inclui “oposição e ideologia compartilhadas” (Gerlach, 2011, p. 275 e 299).

Neste sentido, a Campanha tem como objetivo principal “sensibilizar a população brasileira para os riscos que os agrotóxicos representam, e a partir daí tomar medidas para frear seu uso no Brasil” e promover a agroecologia (site da Campanha⁶). Segundo Tygel *et al.* (2014, p. 147), “a Campanha busca explicitar as contradições e malefícios gerados pelo modelo de produção do agronegócio, ao mesmo tempo em que lança uma luz sobre a proposta de alternativa baseada na agroecologia”. Para Shirleyde, membro do Comitê Paraibano da Campanha, o nome Campanha surgiu por uma série de necessidades de mobilização. “Por que Campanha? Porque precisa ser uma coisa de mobilizar, de agitar, de ter propaganda” (fala em um minicurso realizado em dezembro de 2020).

A partir da publicação do Dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), em 2012, denunciando “a escalada ascendente de uso de agrotóxicos no país e a contaminação do ambiente e das pessoas dela resultante, com severos impactos sobre a saúde pública” (ABRASCO, 2012, p. 11), a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida vem se fortalecendo para sensibilizar a opinião pública com relação ao uso abusivo dos agrotóxicos no país (Moura; Silva Júnior, 2021).

⁶ Para maiores informações sobre a Campanha, entrar no site disponível em: <https://contraosagrotóxicos.org/campanha-permanente-contra-os-agrotóxicos-e-pela-vida/>

Utilizando uma narrativa que enfatiza o veneno que consumimos diariamente e os problemas de saúde, representantes da Campanha buscam sensibilizar as pessoas e agregá-las à luta, buscando traduzir suas crenças compartilhadas em políticas públicas.

AS ESTRATÉGIAS E NARRATIVAS DA CAMPANHA NO PROCESSO POLÍTICO

Nesta seção apresentamos um olhar mais próximo das ações realizadas pela Campanha, caracterizando a participação dos atores na construção das narrativas e nos repertórios de ação desenvolvidos conjuntamente pelo movimento. Utilizamos como recurso teórico-metodológico a abordagem das Narrativas de Políticas Públicas (*Narrative Policy Framework* - NPF) desenvolvida por Jones e McBeth (2010), McBeth, Jones e Shanahan (2007) e Shanahan, Jones e McBeth (2018). Para compreender o papel das narrativas de políticas públicas no processo político, buscamos desvendar a complexidade das interações temporais entre políticas públicas, atores políticos, eventos, contextos e resultados. Conforme destacam os autores, a operacionalização das narrativas segue a seguinte estrutura: definição do problema; o vilão ou quem causou o problema; a vítima ou quem sofrerá as consequências do problema; e o herói ou quem pode ou deve resolver o problema. Portanto, uma narrativa de políticas públicas possui:

(i) um *setting* ou contexto; (ii) um enredo que introduz um elemento temporal (início, meio, fim) que fornece tanto a relação entre o contexto e os personagens e estrutura mecanismos causais; (iii) personagens que resolvem o problema (heróis), causadores do problema (vilões), ou vítimas (aqueles prejudicados pelo problema); e (iv) a moral da história, na qual uma solução de política geralmente é oferecida (Jones; McBeth, 2010, p. 349).

Partindo dessa perspectiva, buscamos reconstruir as narrativas dos atores da Campanha, em documentos e entrevistas compilados pela pesquisa, que definem o problema, seus opositores e aliados.

O problema da utilização dos agrotóxicos se torna o eixo definidor para a criação da Campanha, conforme pode ser observado no site da Campanha:

A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida tem o objetivo de sensibilizar a população brasileira para os riscos que os agrotóxicos representam, e a partir daí tomar medidas para frear seu uso no Brasil (...) hoje já existem provas concretas dos males causados pelos agrotóxicos tanto para quem o utiliza na plantação, quanto para quem o consome em alimentos contaminados.

A importância de se articular numa Campanha faz parte de uma estratégia das entidades para publicizar para a população brasileira os altos índices de agrotóxicos que estão nos alimentos que consumimos. Segundo Raquel Rigotto, pesquisadora do grupo Tramas (UFC),

A Campanha contra os agrotóxicos e pela vida cumpre um dever que é de todos nós, mas é também do Estado brasileiro que não tem sido cumprido: permitir aos cidadãos o direito de saber. Nós temos o direito de saber o que nós estamos comendo, as consequências disso hoje

e amanhã para essa geração e as futuras. E esse direito tem sido negado, porque o que a gente observa é um Estado profundamente eficiente para promover e apoiar o agronegócio (...) ao mesmo tempo, não tem a mesma eficiência para proteger a sociedade dos impactos dos agrotóxicos e dos transgênicos (Caros Amigos, 2011, p. 35).

Para Alan Tygel (2019, informação verbal), podemos compreender a Campanha como “uma ferramenta de agitação, de ‘botar o bloco na rua’, de conversar e fazer atividades, por isso ela se chama uma Campanha”. Ressaltamos, ainda, que, diferente do entendimento que temos sobre campanhas com início, meio e fim, como, por exemplo, campanhas eleitorais, a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida pretende ser uma ação mais duradoura, uma vez que a problemática dos agrotóxicos necessita de um acompanhamento sistemático e constante, portanto, “permanente”. Neste sentido, não se trata apenas de uma reivindicação contra os agrotóxicos, mas, também, por um outro tipo de agricultura. Ainda segundo Tygel (2019, informação verbal), “a gente defende a agroecologia, pois existe um modelo de produção de alimentos que traz vida, que traz o modo de vida camponês que a gente busca, respeitando a terra, a natureza e as pessoas”.

A narrativa construída por parte da Campanha parte da problemática do uso abusivo dos agrotóxicos (definição do problema), apontando que quem causa o problema são os empresários ligados às indústrias agroquímicas, os grandes empresários rurais e um grupo de deputados que formam a bancada ruralista (os vilões). Estes últimos, para o representante do Movimento dos Pequenos Agricultores, estariam aprovando uma série de medidas que visam desconsiderar a lei dos agrotóxicos, em especial tentando modificar o nome para “produtos defensivos fitossanitários e de controle ambiental”. Para ele,

Essa é uma manobra que tem como objetivo esconder o perigo dessas substâncias tóxicas. Agrotóxicos são biocidas, ou seja, são feitos para matar a vida. É inadmissível que voltemos a utilizar uma nomenclatura da década de 1930, quando muitos dos efeitos dessas substâncias não eram conhecidos como hoje. Agrotóxicos não são defensivos, são venenos que ameaçam a vida das pessoas e contaminam o meio ambiente (Carta Maior, 2016).

Nessa história, toda a população brasileira seria prejudicada com as consequências sanitárias e ambientais do uso abusivo de agrotóxicos. As narrativas construídas pela Campanha enfatizam isso, especialmente quando relacionam os agrotóxicos a doenças como o câncer. Raquel Rigotto, pesquisadora do grupo Tramas (UFC), em entrevista à Revista Caros Amigos (2011, p. 34), destacou diversos problemas relacionados à saúde a partir da exposição aos agrotóxicos:

Nós temos uma série de estudos mostrando a relação entre essa exposição ao agrotóxico e uma série de agravos à saúde que estão cada vez mais frequentes na população. Trata-se de uma polioxposição. (...) Hoje, você já tem relação entre vários agrotóxicos que são interferentes endócrinos, ou seja, são capazes de imitar no nosso corpo o comportamento de hormônios sexuais. Por exemplo, a puberdade precoce nas meninas, a infertilidade masculina, alteração na correlação do nascimento de homens e mulheres, que a natureza sempre equilibrava em torno de 50% e tem sido desequilibrada. Tem o caso dos cânceres, então você tem um leque de evidências.

Segundo Nívea Silva, representante do MST, a divulgação do Dossiê da ABRASCO⁷, em 2012, possibilitou a reconstrução do campo alternativo na disputa política e no diálogo com a opinião pública, embasados em pesquisas científicas:

Porém, houve avanços na luta pelo campo da ciência. Os lançamentos e debates sobre o Dossiê sobre Agrotóxicos da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e as audiências públicas que evidenciaram uma luta de posições no campo político fortaleceram a correlação de forças. O documento divulgado pelo Instituto Nacional do Câncer (Inca), em abril de 2015, também teve repercussão e trouxe elementos para a associação dos agrotóxicos ao câncer (Fase, 2016, n.p).

Nesta construção narrativa, cada movimento participante da Campanha faz seu trabalho de base, subsidiado por essa rede, buscando formar militantes no campo da agroecologia que tenham conhecimentos científicos sobre as consequências do uso dos agrotóxicos. Segundo Alan Tygel, em informação verbal, a Campanha utiliza a estratégia de formação de militantes, através de um programa de formação que tem como principais mediadores pesquisadores da área de química, agricultura e nutrição, em parceria com a Fiocruz. Esse campo de formação, segundo ele, é um momento fundamental de “encontro com a militância que está no dia a dia na luta contra os agrotóxicos”. Entretanto, notamos ainda uma desarticulação entre a própria esquerda no Legislativo brasileiro. Enquanto a bancada ruralista segue se fortalecendo e aprovando diversas pautas desde 2016, o campo esquerdista não tem participado dos principais debates sobre as modificações relacionadas aos agrotóxicos. Em 31 de maio de 2016, houve uma audiência pública para debater o PL 3200 na Câmara dos Deputados. Entre outras coisas, esse projeto buscava modificar a legislação de agrotóxicos e substituí-la por outra dos “defensivos fitossanitários” dentro do MAPA (Ministério da Agricultura). Marcelo Firpo (ABRASCO e ANA) foi palestrante nessa audiência e fez um relato chamando a atenção para a falta de envolvimento dos deputados de esquerda nesse debate. Segundo ele,

Só havia deputados da bancada ruralista na audiência, e a grande maioria da plateia era de assessores deles e do agronegócio. Nenhum deputado que seria nosso aliado compareceu, apenas Chico Alencar apareceu rapidamente mas não fez perguntas. Isso demonstra uma grande desarticulação nossa no combate a esse terrível PL. É preciso avançar em nossa capacidade de organização, somos poucos mas temos muitos argumentos sólidos que precisam ser divulgados e apropriados pelos deputados do nosso lado (...) Poucos assessores aliados nossos compareceram, com exceção da Campanha e do MST (Observatório do Agrotóxico, 2016).

A evolução da articulação da Campanha, incluindo diversos atores e setores da sociedade, impulsionou a criação de grupos de trabalho na arena legislativa. Em meados de 2018, foi constituído pelo governo, com participação da sociedade, um Grupo de Trabalho responsável pela elaboração de

⁷ Em 2012, a ABRASCO lança seu primeiro Dossiê “Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde”, pautando com evidências científicas os problemas relacionados à utilização dos agrotóxicos para a saúde da população brasileira e apontando caminhos alternativos para a superação do modelo hegemônico de produção agrícola. O Dossiê buscava “alertar, por meio de evidências científicas, as autoridades públicas nacionais, internacionais e a sociedade em geral para a construção de políticas públicas que possam proteger e promover a saúde humana e dos ecossistemas impactados pelos agrotóxicos” (ABRASCO, 2012).

uma proposta para reduzir as facilidades para produção, importação, registro e uso de agrotóxicos no Brasil, que seria o embrião da Política de Redução de Agrotóxicos (PNaRA). Segundo o deputado Alessandro Molon (Partido Socialista Brasileiro-PSB), o PNaRA foi fruto da participação popular:

Hoje demos um passo grande na democracia brasileira, uma vez que este projeto foi construído pela sociedade civil, o que mostra que a democracia participativa ajuda o congresso a melhorar. E não é por acaso que a proposta veio da Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Trata-se, de fato, de um projeto de lei que tem por objetivo proteger a saúde e a vida das pessoas. Embora seja um projeto que tem importantíssimas implicações ambientais, e não são poucos os mananciais contaminados por agrotóxicos, ao fim e ao cabo esse veneno vai parar nos corpos das pessoas, que nós estamos perdendo por muitas doenças, em especial pelo câncer (Brasil de Fato, 2018).

Observamos a formação dessa rede que favorece processos de articulação entre os movimentos sociais e o Estado, potencializando e alavancando a sua ação, e gerando efeitos de maior alcance. O debate sobre a PNaRA ganhou força como uma resposta à ofensiva montada pelos ruralistas para aprovar o PL nº 6.299/2002, denominado de Pacote do Veneno por seus opositores, que busca flexibilizar o uso e liberação de agrotóxicos no país. Segundo dados da Campanha, mais de 680 agrotóxicos foram liberados desde o início de 2019.

Desde então, a Campanha vem se articulando nacionalmente e internacionalmente buscando parcerias, uma vez que vivenciamos uma conjuntura crítica de desestabilização da vida cotidiana, um período de instabilidade e imprevisibilidade política em face do governo Bolsonaro e sua equipe, que potencializou a ação do agronegócio no país. Neste sentido, a luta que a Campanha vem travando se internacionaliza, conforme destaca Alan Tygel, na primeira *live* da Campanha, em 28 de abril de 2020, que trazia como tema o lançamento da publicação *Agrotóxicos Perigosos: Bayer e BASF – um negócio global com dois pesos e duas medidas*. Para ele, “a luta contra os agrotóxicos nunca vai conseguir ser uma luta somente localizada, porque o agronegócio e as empresas de agrotóxicos atuam de forma global e, com isso, a resistência também tem que se dar no âmbito global”.

Neste sentido, a reestruturação da possibilidade de uma agenda voltada à agroecologia prescinde de uma articulação da rede contrária ao uso dos agrotóxicos em âmbito internacional. Especialmente, porque também temos acompanhado a ruptura do Estado com os movimentos sociais, que são criminalizados e excluídos das discussões sobre as políticas públicas. Neste desmonte da estrutura do Estado, o governo ampara o agronegócio flexibilizando normas ambientais, produzindo e reforçando o que Gerardht (2021, p. 05) denomina como a “cosmologia Agro”, com “traços totêmicos e religiosos. E aqui se trata de fato da invenção de um ‘agromundo’ (para usar o termo nativo) hoje em franca expansão e cuja ação e orientação colonizadoras tem um sentido preciso (...)”.

Buscando se contrapor a esse processo, desde sua criação, essa rede vem criando estratégias para o enfrentamento à ofensiva do agronegócio no campo. Em muitos casos, a utilização de imagens e símbolos tem sido a tática escolhida pela Campanha, em oposição ao investimento midiático de

valorização da imagem do agronegócio que utiliza “uma agressiva máquina de propaganda e marketing (...) [que avança] sobre a sociedade mais ampla ao incorporar signos e espaços de produção de subjetividades” (Gerardht, 2021, n.p). Neste enfrentamento simbólico, a Campanha vem produzindo documentários, como os famosos “O Veneno está na mesa” I e II⁸, utilizando as redes sociais (*Facebook, Instagram, Twitter*) e promovendo encontros (presenciais e *online*) para disseminar e alertar sobre os riscos dos agrotóxicos. De acordo com Alan Tygel, em informação verbal, a coordenadoria de comunicação da Campanha produz materiais que poderão dar subsídios para a articulação política, fazendo *lobby* político e “procurando ter presença dentro dos espaços de poder do Estado, buscando influenciar a luta política”.

Assim, a Campanha dialogou constantemente, durante o governo Bolsonaro, com a bancada de partidos de oposição na Câmara (PT, PSOL, PCdoB) e com a Comissão de Direitos Humanos, na tentativa de frear o “Pacote do Veneno”. Ainda de acordo com Alan Tygel, há também uma atuação junto ao STF, especialmente acompanhando o julgamento de alguns casos de isenções fiscais dos agrotóxicos.

Em 2019, impulsionado por diversas entidades articuladas em torno da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida, as Comissões de Legislação Participativa, de Direitos Humanos e Minorias, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural realizaram o “Seminário Terra e territórios: alimentação saudável e redução de agrotóxicos”. O Seminário teve como principal objetivo “mostrar a importância da redução do uso de agrotóxicos para a produção de alimentos, lançar a Frente Parlamentar de Agroecologia e Produção Orgânica e propor uma agenda legislativa sobre os temas da terra, dos territórios, da alimentação saudável e da redução do uso de agrotóxicos” (Senado Federal, 2019).

As articulações com os partidos políticos e com o legislativo municipal, estadual e federal, têm se apresentado como uma forte estratégia da Campanha para incidir na agenda pública, pleitear políticas públicas que contenham o recorte da agroecologia e da agricultura familiar e ampliar a discussão da democratização dos sistemas alimentares para a sociedade civil. Para o Coordenador Executivo da AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, Paulo Petersen:

O contexto das eleições é muito favorável para comprometer não só as candidaturas e os partidos políticos, mas também a opinião pública. Não estamos a favor de uma candidatura ou de outra, de um partido ou de outro. Defendemos uma agenda política propositiva. Nossa pauta de proposições é claramente vinculada às lutas pela democratização e pela sustentabilidade (ANA, 2020).

⁸ De acordo com Alan Tygel, em entrevista a IHU - On line (2014), a “história do documentário O veneno está na mesa praticamente se confunde com a própria história da *Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida*. Ainda em 2010, começaram algumas reuniões de movimentos sociais, universidades, sindicatos e movimentos estudantis para criar uma ferramenta que unificasse a luta contra os agrotóxicos. Essa luta existe desde que existe agrotóxico, mas ela acabava sendo muito dispersa. Porém, a partir de 2008, quando o Brasil se tornou campeão do uso de agrotóxicos no mundo, os movimentos sentiram a necessidade de criar um instrumento que organizasse essa luta de uma forma mais consistente e que pudesse ter resultados mais efetivos” (IHU, 2014).

O debate contou com a participação de organizações da sociedade civil, comunidade acadêmica e parlamentares na discussão e construção de propostas de uso e ocupação consciente da terra e a favor da agricultura sustentável e da segurança alimentar. Em 2020, em virtude da pandemia do COVID 19, a Campanha passou a realizar *lives* em seu canal no *Youtube*, trazendo temas como: soberania alimentar, pulverização aérea, água, Sistema Único de Saúde (SUS), eleições de 2020, agronegócios, além de uma sequência de encontros para debater as consequências do uso dos agrotóxicos nos diferentes biomas (amazônico, cerrado, mata atlântica, caatinga, Pantanal e pampa). Essas *lives* foram estratégias utilizadas pela Campanha para o debate e para a denúncia contra os agrotóxicos nesse contexto de impossibilidade de protestos nas ruas. Desde a primeira *live*, denominada Lançamento da Publicação “Agrotóxicos Perigosos – Bayer e BASF – um negócio global com dois pesos e duas medidas”, representantes da Campanha vêm mostrando que a luta contra os agrotóxicos tem que ser permanente e que a resistência tem que ser em âmbito internacional. Segundo Alan Tygel, é necessário pressionar o governo federal para que seja proibido a utilização de ingredientes que não são aceitos em outros países. Contando com a participação de uma representante da ONG Inkota (Alemanha) e uma representante da ONG *Miserium*, elas apresentaram o panorama do uso dos agrotóxicos na Alemanha, chamando a atenção para a reação da sociedade civil, que vem pressionando o governo e pautando a agroecologia e os produtos orgânicos.

Neste sentido, percebemos que essa articulação internacional tem fortalecido a ação da Campanha, que tem procurado também pautar políticas públicas em âmbito estadual e municipal. Segundo Fran Paula, da ANA, “como até agora a PNaRA não foi aprovada, é preciso reafirmar a agroecologia no campo da mobilização social” (*Live*, março de 2020). Neste sentido, torna-se fundamental, pautar nos municípios a importância da agricultura familiar e de políticas que reforcem o protagonismo desse setor. Ela ainda destaca, na mesma *live*, a importância da agricultura familiar para pautar o debate nos territórios: “Nos dos territórios temos convicção que é a agricultura familiar que garante alimentos, temos cobrado dos governos estaduais e federal a retomada do PAA. A ANA tem pautado essa mobilização”.

Outra estratégia utilizada pela Campanha é a incidência nas agências reguladoras, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Em 2020, após forte disputa das organizações da Campanha contra as empresas fabricantes e os representantes do agronegócio, a Anvisa proibiu a utilização do agrotóxico Paraquat no Brasil em uma votação de 3 votos a favor da proibição e 2 contra. O setor de Meio Ambiente da CONTAG tem sido um dos principais articuladores na disputa contra o lobby do agronegócio no âmbito federal. A secretária de Meio Ambiente da CONTAG, Rosmarí Malheiros afirmou:

Convocamos a sociedade a se manter alerta e vigilante quanto ao uso do veneno Paraquat no Brasil, pois o herbicida traz mortes e doenças incuráveis. Não podemos perder milhares de vidas e permitir a degradação do Meio Ambiente, em detrimento dos interesses econômicos. Manteremos nossa pressão e resistência frente ao lobby da indústria do veneno (CONTAG, 2020, n. p).

No campo estudantil, a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) busca articular os estudantes de cursos e escolas de agronomia, além de militantes e movimentos sociais do campo, a somarem na Campanha através do fortalecimento de espaços de discussão acerca das questões que envolvem o uso de agrotóxicos no Brasil. O Núcleo de Trabalho Permanente (NTP) da FEAB tem como objetivo dar visibilidade às ações da Campanha na base da Federação. De acordo com o blog da FEAB:

As (os) Engenheiras (os) Agrônomas (os), bem como estudantes e demais profissionais relacionados a essa questão são peças fundamentais nesse processo de discussão, uma vez que entendendo os riscos e prejuízos sobre o uso de agrotóxicos no campo, estes podem interferir diretamente na conscientização sobre esses riscos, além de ampliar a discussão e conhecimento técnico que venha solucionar a problemática ao passo em que seja possível a real sustentabilidade socioprodutiva em todos os níveis (FEAB, 2017, n. p).

Essa sustentabilidade produtiva tem sido uma pauta importante no contexto de crise política e sanitária. Em maio de 2020, a Campanha promoveu uma *live* sobre Soberania Alimentar, destacando a importância de este tema estar relacionado à questão fundiária. Segundo Maria Emília Pacheco (FBSSAN), “não há como falar em soberania alimentar sem sublinhar direitos como o acesso à terra, por exemplo”. Ainda nessa *live*, a representante do FBSSAN destacou a importância dos movimentos sociais que compõem a Campanha no combate a pandemia, mostrando que essa crise sanitária revelou algumas questões importantes que merecem ser destacadas: as redes de solidariedade, a economia da reciprocidade, os princípios do feminismo, a economia do cuidado, o direito de igualdade das mulheres e a desigualdade estrutural presente no nosso país.

Desse modo, seguindo nosso modelo baseado nas narrativas de políticas públicas, temos:

Quadro 2 – Narrativas de Políticas Públicas

DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	CAUSA DO PROBLEMA (VILÃO)	QUEM SOFRERÁ AS CONSEQUÊNCIAS (VÍTIMAS)	QUEM PODE OU DEVE RESOLVER O PROBLEMA
A utilização de agrotóxicos e sua implicação na saúde e meio ambiente.	A defesa do uso de agrotóxicos pela rede formada por representantes do agronegócio e bancada ruralista.	A sociedade de maneira geral.	A rede contrária ao uso dos agrotóxicos: movimentos sociais, burocratas, sociedade civil, entidades acadêmicas etc.

Fonte: elaboração própria (2021) com base no modelo de *Narrative Policy Framework* (Shanahan; Jones; McBeth, 2018).

Ao analisarmos a narrativa da rede que compõe a Campanha (lideranças, representantes de movimentos sociais, organizações, políticos etc.), percebemos que a história contada define o problema central como a utilização dos agrotóxicos na alimentação brasileira. Para sensibilizar a sociedade quanto a isso, a Campanha traz para o debate questões de saúde e de meio ambiente, duas áreas afetadas pelo uso dos agrotóxicos. Seguindo a história, o vilão ou o causador do problema seria o conjunto de atores (ou a rede) que compõem a defesa da utilização dos agrotóxicos, seja na sociedade, no legislativo, no agronegócio etc.

A narrativa da Campanha vai então tomando forma ao apontar a população como a vítima, aquela que está sendo prejudicada pelo problema e pelo causador deste. A fim de chamar atenção da vítima (sociedade), a Campanha se utiliza de táticas, muitas vezes discursivas, entre elas: frases marcantes, falas em *lives* e denúncias nas redes sociais. Seguindo a história contada, a própria sociedade em conjunto com os burocratas, entidades acadêmicas e outros atores, se configuram como a solução do problema em questão. A partir desse entendimento, as táticas utilizadas se ampliam para além de táticas discursivas e a Campanha utiliza então parcerias com entidades científicas e acadêmicas, negociação com o legislativo e outras.

A partir do modelo de análise de narrativas aqui proposto, as Narrativas de Políticas Públicas se configuram como uma ferramenta capaz de elucidar a história contada pela Campanha ao atribuir aos atores (sociedade, burocratas, organizações, atores político etc.) uma determinada função na história contada (de vilão, de vítima, de solucionador do problema). Essa categorização nos permite, além de sistematizar a narrativa da rede, aprofundar as especificidades, entraves e possibilidades que permeiam a atuação da Campanha no campo político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a rede em torno da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, pudemos perceber que a mobilização iniciada em 2011 já nasceu de um amplo e diverso conjunto de atores: movimentos sociais, sindicatos, organizações que lutam pela agroecologia, entidades de pesquisa etc. Com o passar do tempo, ao ganhar maior visibilidade no campo político, a Campanha conseguiu agregar mais organizações (atualmente, são mais de cem) e ampliar as estratégias empregadas a nível nacional e local para pautar suas demandas.

As estratégias, que vão de conscientização da sociedade a partir do debate dos malefícios dos agrotóxicos para a saúde, até a articulação institucional através do lobby político, são carregadas de narrativas simbólicas que agregam sentimentos e crenças a quem as reproduz (lideranças, representantes, ativistas etc.).

Percebemos que o avanço da Campanha nos âmbitos legislativo, executivo e social se deu, em grande medida, através da atuação de ativistas, cientistas, pesquisadores, burocratas e outros. Compreendendo que esses atores exercem papéis distintos, permeados por relações hierarquizadas de poder dentro do subsistema de política aqui analisado. Mesmo assim, a capacidade de articulação em diferentes níveis e ambientes, somada à forte narrativa da Campanha, permitiram que as demandas ganhassem espaço no debate público.

Como pesquisas futuras, sugerimos analisar a relação da Campanha com seus opositores, numa perspectiva relacional de compreender as dinâmicas e estratégias que são utilizadas no jogo político.

REFERÊNCIAS

ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva. *Dossiê ABRASCO. Um alerta sobre os impactos dos Agrotóxicos na Saúde*. Rio de Janeiro: World Nutrition – Rio, 2012.

ANA. *Oito anos de persistência e resistência contra os agrotóxicos e pela vida*. 2019. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2019/04/05/oito-anos-de-persistencia-e-resistencia-contra-os-agrotoxicos-e-pela-vida/>. Acesso em 10 dez 2021.

ANA. Paulo Petersen: “Comida de verdade como elo de lutas pela democratização da sociedade”. 2020. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2020/11/23/paulo-petersen-comida-de-verdade-como-elo-de-lutas-pela-democratizacao-da-sociedade/> Acesso em 24 de janeiro de 2022.

BALDASSARI, D.; DIANI, M. The Integrative Power of Civic Networks. *American Journal of Sociology*, v. 113, n. 2, p. 735-780, 2007.

BRASIL DE FATO. *Política Nacional de Redução de Agrotóxicos é aprovada em comissão especial na Câmara*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/12/05/politica-nacional-de-redacao-de-agrotoxicos-e-aprovada-em-comissao-especial-entenda>. Acesso em 10 dez 2021.

BURIGO, A. C.; PORTO, M. F. de S. Trajetórias e aproximações entre a saúde coletiva e a agroecologia. *Saúde Debate*, v. 43, n. 8, p. 248-262, 2019.

CAMARGOS, T. M. C. R. *Narrativas de políticas sobre aborto no Brasil: uma análise a partir do narrative policy framework*. 2018. (Tese de doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

CAROS AMIGOS. *Entrevista Raquel Rigotto. Há um uso sem controle de agrotóxico*, ed. 177, dezembro 2011. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2012/03/entrevista-de-raquel-rigotto-sobre-agrotoxicos-na-caros-amigos.pdf>. Acesso em 17 jan 2022.

CARTA MAIOR. *O desmonte da legislação de agrotóxicos e as ameaças para o campo*. 2016. Retirado de: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/O-desmonte-da-legislacao-de-agrotoxicos-e-as-ameacas-para-o-campo-/3/36207>. Acesso em 17 jan 2022.

COLEY, Jonathan S. Narrative and Frame Alignment in Social Movements: Labor Problem Novels and the 1929 Gastonia Strike. *Social Movement Studies*, v. 14, n. 1, p. 58–74, 2015.

CONTAG. *A partir do próximo dia 22 de setembro, o agrotóxico Paraquat não poderá ser produzido ou usado no Brasil!* 2020. Disponível em: <http://www.contag.org.br/indexdet.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=101&id=14121&nw=1&mt=1&in=1&vs=1>. Acesso em 25 jan. 2022.

CUT e Fundação Friedrich Ebert. *Rotas do veneno: mercado de agrotóxicos, desafios e propostas para o mundo do trabalho*. 2017. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/13986.pdf>. Acesso em 10 dez 2021.

DATAFOLHA – Folha de São Paulo. *Opinião sobre os agrotóxicos*. Disponível em: http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2019/07/24/71fd372e123291dff68aa4b9d09d4533.pdf?_ga=2.66217902.1621635049.1616589285279319834.1500916435__mather=5ebf651090928187. 2019. Acesso em: 18 jan 2022.

DELLA PORTA, D.; DIANI, M. *Social movements: an introduction*. Hoboken: Blackwell Publishing, 2006.

DIANI, M. The concept of social movement. *The Sociological Review*, v. 40, n. 1, p. 1-25, 1992.

FASE. *Campanha completa 5 anos de luta permanente contra os agrotóxicos e pela vida*. 2016. Disponível em: <https://www.fase.org.br/pt/noticias/campanha-completa-5-anos-de-luta-permanente-contra-os-agrotoxicos-e-pela-vida/>. Acesso em 17 jan 2022.

FEAB. *Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida*. 2017. Disponível em: <https://feab.wordpress.com/2017/12/03/campanha-permanente-contra-os-agrotoxicos-e-pela-vida/>. Acesso em 25 jan. 2022.

GAMSON, W. Constructing social protest. In: JOHNSON, H.; KLANDERMANS, B. (Eds.) *Social movements and culture*. Minneapolis: Minnesota Press, 1995

GERARDHT, C. *Da sociedade do agronegócio à cosmologia Agro: subjetivação e conquista de novos territórios*. No prelo. 2021.

GERLACH, L. P. The Structure of Social Movements: Environmental Activism and Its Opponents. In ARQUILLA, J.; RONFELDT, D. (orgs.). *Networks and Netwars: The Future of Terror, Crime, and Militancy*. Santa Monica: RAND, 2001.

IHU. Instituto Humanitas Unisinos. Transgênicos e agrotóxicos. Tudo a ver? 2014. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/531023-as-implicacoes-da-revolucao-verde-na-agricultura-brasileira-entrevista-especial-com-alan-tygel%20>. Acesso em 15 out 2021.

JONES, M. D.; McBETH, M. K. A Narrative Policy Framework: clear enough to be wrong? *The Policy Studies Journal*, v. 38, n. 2, p. 329-353, 2010.

LONDRES, F. *Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2011.

LUZZI, N. O debate agroecológico brasileiro: uma discussão a partir dos EBAA e da experiência do PTA/FASE. In: Encontro Anual da ANPOCS, 34. *Anais [...]*, 2008.

MEYER, David S. Tending the vineyard: cultivating political process research. In: GOODWIN, Jeffrey Roger; JASPER, James Macdonald (Ed.). *Rethinking social movements: structure, meaning and emotion*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2003. p. 47-60.

MONTEIRO, D.; LONDRES, F. Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. In SAMBUICHI, R. H. et al. (org.). *A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: IPEA, 2017.

MOURA, Joana Tereza Vaz de; SILVA JÚNIOR, Marcos Aurélio Freire da. A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida como uma coalizão de defesa contra os agrotóxicos no Brasil. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 20., 2021, Belém. *Anais [...]*, Belém, 2021.

OBSERVATÓRIO DO AGROTÓXICO. *Relato da participação de Marcelo Firpo na audiência pública do PL3200 em Brasília*. 2016. Disponível em: <http://www.saude.ufpr.br/portal/observatorio/noticias/relato-da-participacao-de-marcelo-firpo-na-audiencia-publica-do-pl3200-em-brasilia/>. Acesso em 17 jan 2022.

POLLETTA, F. *It was like a fever: storytelling in protest and politics*. Chicago: University Chicago Press, 2006.

REPÓRTER BRASIL. *Bolsonaro bate o próprio recorde: 2020 é o ano com maior aprovação de agrotóxicos da história*. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/01/bolsonaro-bate-o-proprio-recorde-2020-e-o-ano-com-maior-aprovacao-de-agrotoxicodahistoria/?fbclid=IwAR0uSyfjzLkNrfBR9FXAAcIrlVzKroUrqP3D6rwyvN62hvZnlCrprhG1g>. Acesso em 10 out 2021.

SENADO FEDERAL. *Quatro comissões da Câmara dos Deputados promovem seminário sobre alimentação saudável, agrotóxicos e territórios*. 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/quatro-comissoes-da-camara-dos-deputados-promovem-seminario-sobre-alimentacao-saudavel-agrotoxicos-e-territorios>. Acesso em 10 out 2021.

SHANAHAN, E.; JONES, M.; McBETH M. How to conduct a Narrative Policy Framework study. *The Social Science Journal*, v. 55, n. 3, p. 332-345, 2018.

SNOW, David A. Framing Processes, Ideology, and Discursive Fields. In: SNOW, David A.; SOULE, Sarah A; KRIESI, Hanspeter (Eds.). *The Blackwell Companion to Social Movements*. Blackwell Publishing Ltd, 2004.

SNOW, David A. et al. Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation. *American Sociological Review*, v. 51, n. 4. pp. 464-481, ago 1986.

TYGEL, A. et al. Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida: construção da resistência brasileira ao avanço do capital no campo. In TOBAR, F.R.; BAZZI, A. P. (orgs.). *Saltar la Barrera: Crisis socio-ambiental, resistencias populares y construcción de alternativas latinoamericanas al neoliberalismo*. Asunción: Instituto de Ciências Alejandro Lipschutz / Fundación Rosa Luxemburgo, 2014.

TYGEL, A. Quem somos? Reunião com entidades de Lavras/MG. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xcyK03xSrzo>. Acesso em 15 set 2021.